

Luta e resistência: As universidades e o movimento estudantil durante a década de 1960

*Bruna FERREIRA LOPES*⁵¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos da atuação das universidades e do Movimento Estudantil durante os anos da década de 1960, marcados pela instauração da ditadura militar no Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem bibliográfica exploratória ao se propor investigar e dialogar com os discursos presentes na historiografia acerca das frentes de atuação política durante os anos de repressão, o que pode-se verificar a necessidade de ampliar os estudos acerca da atuação estudantil após o golpe. Deste modo, esta pesquisa busca compreender o papel das universidades e de seus estudantes como importante frente de resistência à ditadura militar. Tendo em vista o contexto histórico, os centros universitários transformaram-se em um verdadeiro palco da efervescência cultural do período, tornando-se o ponto de encontro entre os interesses providos do processo de urbanização e industrialização ao mesmo tempo em que, com o golpe de 1964, tornaram-se também importantes centros de recrutamento para a atuação de frentes de esquerda e como consequência, alvo das ações repressivas dos militares como narrado por meio deste texto.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Movimento Estudantil; Universidades Brasileiras.

⁵¹ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Passos, Minas Gerais (MG). Brasil. E-mail: brunaferreira4453@gmail.com.

Struggle and resistance: Universities and the student movement during the 1960s

Abstract: *This article aims to analyze the developments of the performance of universities and the Student Movement during the 1960s, marked by the establishment of the military dictatorship in Brazil. Methodologically, it is a research with an exploratory bibliographical approach in proposing to investigate and dialogue with the discourses present in the historiography about the fronts of political action during the years of repression, which can be verified the need to expand the studies about the student performance after the coup. Thus, this research seeks to understand the role of universities and their students as an important front of resistance to the military dictatorship. Bearing in mind the historical context, the university centers became a real stage for the cultural effervescence of the period, becoming the meeting point between the interests provided by the process of urbanization and industrialization at the same time that, with the coup of 1964, also became important recruitment centers for left-wing fronts and, as a consequence, the target of repressive actions by the military, as narrated in this text.*

Keywords: *Military Dictatorship, Student Movement, Brazilian Universities.*

Introdução

Conceituar e contextualizar a história do Movimento Estudantil (M.E) nos anos de 1960 é mais do que tecer meros comentários acerca da evolução das atividades realizadas por organizações políticas presentes nas universidades e nas escolas de ensino básico daquele período, mas adentrar em um universo que estabeleceu rupturas significativas na cultura do ensino brasileiro carregado de conceitos herdados de um sistema educacional oitocentista (MOTTA, 2014).

Caracterizadas pela exclusão de grande parte da sociedade e pelo pouco espaço de acesso às salas de aula, as Universidades brasileiras contrastavam com a crescente demanda por novas vagas, vista como uma necessidade após a explosão demográfica da primeira metade do século XX. Com efeito, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1920 a população aproximava-se a 30.635.605 habitantes, ao chegar em 1960 o crescimento saltou para 40 milhões de pessoas, totalizando 72,18 milhões. Nesse contexto, paralelamente ao processo de industrialização, os centros urbanos tornaram-se grandes aglomerados de pessoas. Na busca por melhores oportunidades, a população procurou por alternativas tais como novas condições de trabalho, o que impactou inclusivamente na “organização dos movimentos sociais” (MOTTA, 2014, p.23) como o surgimento de sindicatos, de movimentações estudantis nas universidades, colocando a questão a própria relação destas com a crescente classe média dos centros urbanos brasileiros. Portanto, é necessário analisar as dinâmicas presentes no ambiente universitário que levaram este a tornar-se espaço de diálogo para as frentes estudantis que se organizavam politicamente naquele período.

Contudo, é importante ressaltar que esta pesquisa, mesmo possuindo como foco a resistência estudantil, compreende a grande diversidade desses estudantes e das ações políticas nas universidades. Desta maneira, entende como “impossível atribuir a esse movimento um caráter genérico e imutável” (FILHO, 1986, p. 02), como apontado pelo historiador João Roberto Martins Filho.

Ainda segundo o autor, o meio universitário da década de 1960 mostrava-se complexo, enquanto configurava-se a abertura das Universidades a setores sociais médios tendo a adesão de estudantes com raízes na nas lutas sociais da fase final do populismo (FILHO, 1986, p. 28) e de setores progressistas que ganhavam forma naquele período,

como a Ação Popular, criada em 1962 e provida da Juventude Universitária Católica (JUC). Também destacava-se nas frentes de mobilização “lideranças estudantis antipopulistas, que se propunham a colaborar e fornecer sugestões ao governo militar (considerado legítimo), embora preocupados com os rumos da política do regime militar no setor estudantil” (FILHO. 1986, p. 110).

A partir das considerações introdutórias, este trabalho explora o movimento estudantil como importante frente de resistência e luta pela democracia, compreendendo as mudanças ocorridas no meio universitário da década de 1960, marcada pelo crescimento de uma política autoritária após o golpe de 1964. Daí se faz necessário a abordagem do Movimento Estudantil, com papel significativo nas lutas políticas dos anos de 1960, mas que carrega em sua trajetória uma narrativa histórica complexa devido a pluralidade de seus membros.

Universidade: “a menina dos olhos” do Governo

Inicialmente vale lembrar que as universidades brasileiras eram regidas por cátedras, ou seja, assumiram uma estrutura onde os cargos eram vitalícios. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, (2014, p. 7), aponta que este sistema consistia na indicação de professores para a ocupação de cadeiras dentro da academia por meio do apadrinhamento. Por vezes, esta estrutura gerava “práticas nepotistas como a contratação de parentes para atuar como auxiliares de cátedra” (Id., Ip., p. 76).

O meio acadêmico voltava-se apenas para determinados grupos da sociedade, uma pequena minoria que gozava de privilégios transformando o ambiente universitário em um verdadeiro “berço” da elite intelectual. Tal característica, herdada do modelo de ensino oitocentista e arcaico que predominava na educação brasileira, foi considerada um dos principais motivos para a fraca produção do conhecimento científico naquele período. De acordo com Motta (2014):

a estrutura dos cursos superiores no Brasil começou a ser montada no século XIX, mas o formato em vigor no início dos anos 1960 vinha da reforma implantada em 1931 pelo ministro da Educação, Francisco Campos. Nos anos 1930, uma das preocupações era criar universidades, ou seja, centros de produção de saber com pretensões universalistas, interessados em abraçar todas as áreas do conhecimento. Havia no país

apenas faculdades voltadas para formação de profissionais específicos e, quase sempre, apenas nas áreas tradicionais: direito, medicina e engenharia (MOTTA, 2014, p. 75).

No início da década de 1960, o meio acadêmico ia de encontro à nova realidade social do país, uma vez que o crescimento demográfico e o processo de urbanização escancararam os problemas sensíveis que acompanhavam a falta de planejamento na educação brasileira. Ficando marcada pela “escassez de vagas para os jovens sem condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-60” (MOTTA, 2014, p. 7).

Diante dessa realidade, nos anos anteriores ao golpe de 1964, os líderes estudantis e a UNE organizaram vários encontros sobre a reforma universitária, articulando-se entre si a fim de se organizarem. E entre os docentes, havia também um crescente apoio às propostas de mudanças nas estruturas do meio acadêmico, com o objetivo de priorizar as atividades voltadas à pesquisa (Id., Ib., p. 77).

Durante o governo de João Goulart, algumas dessas ideias foram incorporadas às propostas de “reformas de base,” sendo a construção da Universidade de Brasília (UnB) a mais conhecida, pois foi “projetada para ser ponta de lança do processo de renovação do sistema universitário” (Id., Ib., p.78), tornando-se o primeiro centro propriamente voltado à pesquisa no país. Essa identificação entre as lideranças estudantis e o governo de Goulart ficaria marcada na memória dos golpistas de 1964.

As universidades começaram a aderir à pauta do modelo reformista, a fim de superar vestígios do período colonial que levavam à manutenção das classes dominantes no poder. Por outro, após o golpe de 1964, o Estado manteve sua posição quanto ao defender tanto a modernização quanto ao tradicionalismo, se um lado o conservadorismo permanecia como moral a ser seguida, por outro, havia a intenção de modernização aos moldes das novas cobranças do capitalismo e o desenvolvimento de mão de obra especializada.

A modernização dos *campis* e da educação visavam à ascensão no âmbito da pesquisa, aproveitando-se da euforia mundial por avanços tecnológicos, sendo, contudo,

acompanhada do conservadorismo presente na cultura política da ditadura militar, representada por intelectuais, religiosos e militares conservadores que:

desejavam aproveitar o momento para impor uma agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra os comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo a pátria e a religião. (MOTTA, 2014, p.16).

De acordo com a concepção das frentes conservadoras, as Universidades deveriam manter o tradicionalismo em suas estruturas. Muitos professores, defensores desta posição, estavam vinculados à direita e desejavam impedir a admissão de novos membros à academia, considerados como portadores de valores voltados à defesa de frentes políticas de esquerda, medo recorrente do que os militares chamaram de “fantasma do comunismo”, causando bastante preocupação, principalmente após 1959 quando a guerrilha liderada por Fidel Castro assumiu o comando de Cuba. Em plena “Guerra Fria”, este contexto internacional resultou em uma política externa de maior controle político e social por parte dos Estados Unidos, aplicada em todo o continente americano:

os comandantes das Forças Armadas (que na época tinham o status de ministro) logo declararam que não aceitariam o retorno de Goulart ao Brasil para ser empossado como novo presidente da República. Três dias após a renúncia de Jânio, Raniei Mazzilli aceitou em enviar uma mensagem ao presidente do Congresso dizendo que os ministros da guerra manifestavam inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart (FICO, 2014, p.16).

Para esses setores, os novos professores influenciaram os jovens a seguirem as vanguardas de esquerda, cada vez mais presentes no meio universitário. Importante salientar que, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p.07), o golpe não teria sentido anti-reformista, pelo contrário, desejava a modernização, porém, seu projeto era anti-comunista. A “esquerdização”, segundo a visão das camadas conservadoras,

tornava-se um perigo latente para a manutenção de seus ideais e, sobretudo, de seus privilégios. Com o golpe de 1964, sobreveio a repressão aos alvos pré-estabelecidos. Entre eles, estavam os setores progressistas das universidades, pois:

na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantarem armas contra o governo de Goulart acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários (MOTTA, 2014, p.23).

Pode-se averiguar que a aproximação entre o Estado e o meio acadêmico conservador guarda certa afinidade que beneficiava ambos os lados. Para os professores seus cargos seriam mantidos ou até mesmo visavam à promoção. Para o Estado esses professores atuavam como aliados, verdadeiros “olheiros” nas salas de aula que agiam por meio de denúncias de colegas de trabalho vinculados à esquerda ou então para impedir a organização de rebeldes ao regime.

Neste caso fica claro como a ideia de reforma universitária, mesmo com ideais conservadoras, mantinha uma relação tradicionalmente conciliadora. Tal medida teve por objetivo evitar conflitos entre os grupos presentes no meio acadêmico, e de fato mantendo aspectos tradicionais da cultura política brasileira no que diz respeito a “certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos” (MOTTA 2014, p.22).

Não obstante, mesmo mantendo esses aspectos tradicionais, a Reforma Universitária de 1968 trouxe para a Academia novas possibilidades de atuação e modernização das universidades. Vale lembrar, porém, que a reforma não contemplou as propostas das vertentes populares, tais como o aumento de vagas para os alunos “excedentes” de vestibulares, ou a criação de cursos no horário noturno para atender trabalhadores (MOTTA, 2014). A reforma imposta pelos militares, por meio do Decreto nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, não teve como foco a inclusão das propostas desses grupos.

Por meio dessa reforma, o governo buscou corresponder às expectativas do mercado de trabalho. O decreto, porém, destacou-se por colocar fim ao sistema de cátedras, tal como definido pelo artigo 5º o qual determinava que estava:

Art. 5º. Vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, a redistribuição dos cargos e disciplinas pelas diferentes Unidades será feita simultaneamente com a adaptação do Estatuto da Universidade ao plano ora aprovado, submetida à aprovação do Conselho Federal de Educação. (Decreto-Lei nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, Brasil, 1968).

Durante a década de 1960, os principais centros universitários tornaram-se palco de conflitos entre os diversos projetos de reforma educacional, permitindo observar a existência de contrastes entre a sociedade e o regime que se consolidava. Nesse contexto, “algumas universidades sofreram ataques físicos logo depois do golpe, principalmente a Universidade de Brasília, a ‘menina dos olhos’ do projeto educacional do governo deposto” (RIDENTI, 2010, p. 122).

João Roberto Martins Filhos (1986, p.95) aponta que quase todas as entidades estudantis sofreram intervenção, cunhando um verdadeiro terrorismo cultural. Os diversos setores que compunham o ambiente universitário, como salas de aulas, restaurantes, bibliotecas eram constantemente fiscalizados por ações policiais, o historiador ainda aponta que o “meio estudantil passou a ser vasculhado pelos IPMs (Inquéritos Policiais-Militares), criados pelo Ato Institucional e regulamentados pela lei de 27 de abril de 1964.” (FILHO, 1986, p. 95)

Em meio ao crescimento da ação repressiva na política brasileira, esquerdas haviam se fortalecido com as influências crescentes da Revolução Cubana, mas os seus projetos possuíam certas particularidades no Brasil. Responsável pela força dos sindicatos buscava-se organizar o proletariado no país em greves e manifestações e desta maneira “surgindo núcleos concentrados, sobretudo em São Paulo, e se expandiram em novas camadas de uma inquieta classe média” (GORENDER, 2010, p. 14). Estas estavam em busca de melhores condições de trabalho, participando do processo de politização por parte dos trabalhadores daquele período.

Nesse cenário, para muitos jovens, a busca pelo ensino superior era acompanhada pela procura de novas oportunidades e pela defesa da construção de um Brasil independente da política imperialista norte-americana. Segundo Filho (1986, p. 43), “foi precedido por um processo gradual de politização do meio universitário, ocorrido ao longo da década de cinquenta”.

Dessa forma, surgiram diferentes tendências políticas nas esquerdas, cujas pautas possuíam alguns pontos de contato comuns. Como exemplos, pode-se destacar grupos, tais como a Ação Popular (AP), provida da radicalização da Juventude Universitário Católica (JUC), como corrente política sendo responsável pela UNE entre 1961 a 1964. (FILHO, 1986, p. 49). De populismo de esquerda vale citar a POLOP, também conhecida como ORM-PO (Organização Revolucionária Marxista, Política Operária) e em destaque o, Partido Comunista do Brasil, o PCB (RIDENTI, 2010, p.429) cada vez mais presentes no meio acadêmico, pois, tendo em vista que:

o próprio Movimento Estudantil se orientava e agia politicamente, estavam dadas quase que naturalmente no meio universitário as condições para que estudantes principalmente as lideranças e os que eram chamados de componentes da “massa avançada” passassem a militância política além das fronteiras das escolas, especialmente em organizações de esquerda (RIDENTI, 1993, p.120).

Nesse contexto, o meio acadêmico via-se incorporado às disputas pelos ideais, projetos e lideranças destas vanguardas que ganhavam cada vez mais destaque. O sociólogo Marcelo Ridenti (2010), defende que esses grupos encontravam em seu apogeu, contando com muitas adesões.

Desse modo, não era conveniente para os defensores da proposta de modernização conservadora que as universidades fossem controladas por esses grupos. Estas instituições estavam na mira dos governantes, que assumiam o poder depois do golpe de 1964, período em que, “um grande número de entidades estudantis sofreram intervenções governamentais, desde centros acadêmicos até a UNE, cuja sede no Rio de Janeiro foi atacada e incendiada por golpistas a paisana no dia 1º de abril” (RIDENTI, 2010, p. 122).

Todavia, é importante salientar que “tais projetos liberais elitistas não propunham a extinção da UNE, mas o seu controle e fiscalização” (FILHO, 1986, p. 98) Os principais

centros universitários se transformaram em locais onde prevaleciam a desconfiança e o medo, sendo criados grupos de vigilância e fiscalização dentro dos *campis*, tais como as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e os Órgãos de informação (OIs), responsáveis pela denúncia de professores e estudantes considerados cúmplices do governo deposto ou de ações contrárias ao governo imposto militar, como destacado pela feminista Maria Amélia de Almeida Teles ao assinalar que “a instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas e camponeses, mas também professores, advogados, jornalistas e estudantes” (TELES, 1993, p. 55).

Nesse contexto, docentes e estudantes eram vinculados às esquerdas, sem a apresentação de provas, e sumariamente afastados de seus cargos e estudos, o que resultou em demissões em massa em determinados casos. Muitos professores se afastaram de seus cargos por medo da repressão, como foi caso de Florestan Fernandes, Jayme Tiomno, Villanova Artigas, Isaías Eaw, Mário Schemberg, Caio Prado Jr., entre outros. (ARNS, 1985, p.154). Diversos alunos protestaram em defesa da autonomia universitária, que se encontrava em risco com as medidas propostas pela ditadura.

Visado como um “grupo problema” para o governo autoritário, o meio universitário teve suas ações limitadas em 1969 pelo Decreto-lei nº 477, incorporado ao Ato Institucional nº 5, o AI-5. Este decreto foi responsável por limitar a ação de professores e das representações no meio universitário, mantendo o objetivo de substituir as organizações estudantis por grupos controlados pelo governo ou pela administração das faculdades (RIDENTI, 2010, p. 123), tais como Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais Estudantis e a própria UNE, reconhecidos por gozar de certa autonomia. Por meio do decreto, tornava-se evidente a perseguição e punição aos grupos de opositores, empreendida pelo governo. Destacam-se os artigos 1 e 2 do decreto 477, os quais puniam severamente essas atividades, consideradas infrações graves:

- I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;
- II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-La-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo, a instauração de inquérito Policial. (Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969, Brasil).

Nesse contexto, em nome da realização da “limpeza” das instituições universitárias qualquer situação poderia ser considerada subversiva e vista como “inimigas do novo regime” (MOTTA, 2014), resultando na expulsão de dezenas de estudantes das universidades. Entre as ações repressivas, destacam-se as inúmeras invasões realizadas pelos militares, tal como ocorreu na UnB, tornando o ambiente universitário um verdadeiro “campo de guerra, com a ocupação por tropas da Polícia Militar (PM) e do Exército, de armas em punho” (Id., Ib., p. 33).

O ataque ao conjunto residencial da USP, o “Crusp”, no dia 17 de dezembro de 1968, também ganha destaque neste contexto, caracterizado como ações de guerra contra as universidades. Esta invasão foi marcada “pela desproporcionalidade das forças investidas” (SILVA, 2021, p. 50). Segundo o Jornal da USP (2018), o local foi cercado por tanques e movimentos de combate, nas quais os soldados se deslocaram de árvore em árvore, protegendo-se atrás de morretes e bancos de cimento.

Durante a invasão ao CRUSP, destacou-se a apreensão de objetos considerados subversivos, como livros e pílulas anticoncepcionais, entre outros materiais, afamados como instrumentos de práticas desviantes da moralidade defendida pelo regime ou perigosos e de grande poder de influência sobre os jovens. Tendo em vista que “como os agentes da ordem nem sempre conseguiam identificar livros subversivos, às vezes apreendiam textos anódinos, apenas em razão da capa vermelha ou de sobrenome estrangeiro” (SILVA, 2021, p.27). Estas práticas ficaram evidenciadas, no relatório feito pelo Exército sobre a invasão e sobre as atividades ‘subversivas’ que lá teriam ocorrido:

Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) teve as suas instalações interditadas, com exceção do Restaurante e as dependências de sua Administração, tendo sido determinado a evacuação de seus alunos residentes. Foram constituídas várias comissões militares do Exército e Força Pública de São Paulo para revistarem todas as dependências do CRUSP, interditando aquelas em que fosse encontrado material subversivo e apreendendo imediatamente qualquer arma ou explosivo que fosse encontrado lavrando-se na ocasião o termo respectivo de «Busca e Apreensão». Quanto aos documentos, foram posteriormente apreendidos, feita a triagem e lavrado o seu termo de Apreensão. (BRASIL, Relatório do IPM do CRUSP. 1968).

A organização política dentro das universidades e o fortalecimento do Movimento Estudantil

Nesse cenário de repressão ao meio acadêmico e a qualquer forma de oposição à ditadura militar, o Movimento Estudantil revelou-se como uma importante alternativa de organização política dos grupos de resistência à opressão exercida através da “Operação Limpeza” e frente e ao endurecimento latente do regime promovido pelas disputas que tinham as universidades como palco.

Os estudantes possuíam um histórico de lutas e de reivindicações relevantes no cenário político ao longo do século XX. A participação política estudantil foi significativa durante a Segunda Guerra Mundial, pressionando Getúlio Vargas a se posicionar em relação ao nazi-fascismo na Europa, impulsionando o apoio do Brasil aos Aliados. A União Nacional dos Estudantes teve ainda uma participação relevante na campanha o “Petróleo é Nosso”, que culminou na criação da Petrobrás.

A UNE foi fundada em 1937, em meio às recém experiências e trocas promovidas entre estudantes de todo o país, em um contexto de mudanças significativas pelo qual passava o Brasil. Nesse período, voltava-se para o debate de novas ideias, a fim de constituir seus próprios conceitos e opiniões acerca da sociedade brasileira. Este intercâmbio resultou na sistematização de pautas políticas a serem defendidas pela entidade. O sociólogo Marcelo Ridenti (2010, p.114) assinala, porém que “antes de 1964, o peso relativo do Movimento Estudantil era pequeno no cômputo geral da mobilização popular”, todavia, pode-se perceber que mesmo indiretamente tiveram participação nas “grandes viradas políticas vividas pelo país” (ARNS, 1985, p. 146), como a já citada, campanha pelo direito estatal sobre o petróleo.

Os estudantes se organizavam em defesa das pautas estudantis, voltadas tanto para a busca por melhorias mais amplas na educação, quanto para a criação de oportunidades de ingresso no meio acadêmico. Essas organizações passaram a integrar em suas pautas conteúdos voltados às reivindicações nacionalistas, tal como ocorreu no governo de João Goulart, pressionando o então presidente a priorizar as universidades nas “Reformas de Base” apresentadas em 1964. A chamada Reforma Universitária, contudo, já figurava entre os objetivos das propostas envolvendo mudanças estruturais defendidas pelo PTB, o PCB, entre outros. De acordo com o historiador Pedro Ernesto Fagundes:

a partir de 1957, a UNE inicia uma série de debates sobre a chamada Reforma Universitária. Todas essas discussões, segundo FAVERO (2009), refletiram durante a elaboração da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB). A entidade organizou o I Seminário de Reforma de Ensino, evento que teve a Democratização do ensino como eixo central das discussões. (FAGUNDES, 2019, p. 137)

A UNE desempenhou importante papel durante o governo Goulart, desde o seu apoio à Campanha da Legalidade, (FAGUNDES, 2019) às campanhas em prol das Reformas de Base. Após o golpe de 1964, contudo, sua atuação estava bem fresca na memória da elite conservadora e dos integrantes da coalizão golpista, que “não vacilavam em apontar a UNE como uma das sete cabeças do dragão comunista no país” (ARNS, 1985, p. 146). Com efeito, as entidades estudantis passaram a ser atacadas e vigiadas e, logo após o golpe no dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE foi incendiada, tal como relembra Motta:

a violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, as lideranças estudantis e suas entidades consideradas comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. A repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio, na tarde do dia 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, no prédio UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento (MOTTA, 2014, p. 31).

No intuito de desestabilizar as organizações estudantis, que teve início, simbolicamente com o ataque ao prédio da UNE, o governo passou a agir por meio da intervenção nos centros de representação estudantil como os Centros Acadêmicos (C.A), transformados pelo governo ditatorial em Diretórios Acadêmicos (D.A), mantidos sob controle do Estado. Com a Lei Suplicy de Lacerda – nº 4.464, de 9 de novembro, o regime procurou “amordaçar” o M.E, pretendendo substituir as entidades dos estudantes por organizações controladas pelo governo (RIDENTI, 2010, p. 133). Assim, o regime ditatorial afetou diretamente na autonomia universitária, pois:

a Lei Suplicy de Lacerda, de autoria do ministro da educação do governo Castelo Branco, cujo nome fora transpassado à lei, Flavio Suplicy de Lacerda resultou da fixação dos governos militares em interferir na autonomia universitária e dispensar os estudantes retirando deles as agremiações de representação, que faziam, por sua vez, a conexão dos discentes com os reitores e com os governos, estadual e federal (CASTRO, 2018, p. 202).

Desse modo, no mesmo mês da promulgação da lei Suplicy de Lacerda, estabeleceu-se também o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com o papel de substituir a UNE, posta desde abril na clandestinidade. A lei tinha por objetivo controlar o movimento estudantil por meio do Ministério da Educação, que segundo Motta (2014, p.70) estabelecia “que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas estava vetada ações de caráter político-partidários e também paralisações estudantis”.

Outro artifício usado pela ditadura para influenciar os rumos do movimento estudantil diz respeito ao Projeto Rondon, proposto durante o governo do general Costa e Silva (1967-1969), visando também à integração econômica e social das regiões Nordeste e Norte do país a partir da defesa do lema “integrar para não entregar”. Por meio deste projeto, buscava-se atrair os estudantes para a defesa dos valores caros ao regime. Sua “intenção era oferecer ao Estado, alternativas além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e ao patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares” (MOTTA, 2014, p.101).

Outro desafio enfrentado pelas frentes de resistência de estudantes encontrava-se na presença de uma orientação liberal antipopular ativa dentro do próprio meio estudantil, como apontado por Filho (1986, p.114). Os chamados estudantes “democratas”, “se propunha a colaborar e a fornecer sugestões ao governo militar (considerando legítimo) embora preocupados com os rumos da política do regime militar no setor estudantil” (FILHO, 1986, p. 110). Ainda segundo Filho (1986, p. 108), esses estudantes não demonstravam-se contra a UNE, pelo contrário, muitos fizeram parte de seus diretórios ou então participaram atividade de meios de mobilização como os Centros Acadêmicos, mas visavam uma “renovação” da entidade e o afastamento de membros aliados à esquerda política, devido a “acentuada polarização ideológica do pré-golpe que colocaria obstáculos intransponíveis a uma possível aliança entre as tendências liberais e as correntes da esquerda universitária”, mesmo que estes tivessem objetivos em comum, como as preocupações com as modificações na educação superior ocasionadas pelas reformas.

Deste modo o M.E. deparou-se com enormes desafios, a serem superados em sua atuação. A UNE se caracteriza por ser composta de diferentes grupos, extremamente heterogêneos, mas centrados em dois eixos centrais: “Na luta anti-ditatorial e na campanha de transformações das universidades”, tal como pontuou Marcelo Ridenti (2010), se encontrando e desencontrando na atuação política estudantil, pois de acordo com Marco Aurélio Garcia:

os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes, familiares e um conjunto de “determinações”, que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da agir ou de uma ação violenta, armada (GARCIA, 1997, p. 322).

Foram três anos de lenta, porém, constante retomada às atividades, o “golpe de 1964 não foi capaz de sufocar de imediato as forças dessa nova cultura, que revelaram vigor e flexibilidade para interpretar as inspirações populares” (GORENDER, 2010). O Movimento Estudantil entre outros setores tornou-se o mais expressivo para a

organização da militância contra a ditadura, como defendido por Ridenti “entre 1964 e 1968, reconstituiu-se lentamente uma parcela dos movimentos sociais, por exemplo, 1968 assistiu a greve de bancários, operários e outras categorias, sendo o movimento estudantil o que mais amplamente mobilizou-se” (RIDENTI, 2010, p.32). Em 1968, o M.E se consolidava novamente (ARNS, 1985, p.149) cuja atuação tornava-se relevante nas lutas de resistência à Ditadura. Dessa forma, de acordo com Antunes e Ridenti, o ano de 1968 se tornou fundamental para consolidação do M.E como frente de luta, pois:

teve início no Brasil com a eclosão de várias manifestações de estudantes. Eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões, mais verbas para pesquisa – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 80).

Com efeito, o avanço estudantil contra a ditadura militar se intensificou em 1966, ano em que foi decretado pela UNE, em 22 de setembro, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. (SANTOS, 2009, p.125). Para melhor compreender o fortalecimento do M.E, nesse período, é necessário levar em consideração os meios utilizados para a mobilização dentro do meio acadêmico. Nesse cenário, destacam-se as passeatas, produção de cartazes, jornais ou músicas, instrumentos e práticas com os quais é possível observar a busca dos estudantes por “meios para se fazer representar” (MULLER, 2010, p. 17).

Transformando seu cotidiano em uma verdadeira ação de sobrevivência, as mobilizações estudantis tornaram porta-vozes dos interesses não apenas dos estudantes, mas de diversos setores sociais, assim como das esquerdas, que encontraram no M.E, uma alternativa de luta em defesa da democracia. De acordo com Ridenti (2010, p.127), “a ligação entre o Movimento Estudantil e as organizações de esquerda estreitou-se entre 1967 e 1968”. A UNE, mesmo na clandestinidade, mobilizava os estudantes, e em 1966, a entidade organizou seu 29º Congresso Nacional. Neste mesmo ano, foram organizadas as “setembradas”, tal como um ensaio geral, nas quais os:

estudantes ganharam as ruas com manifestações no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e outras capitais culminando um Dia Nacional de Protestos realizado ao dia 22 daquele mês. Esse episódio, registrado então como setembrada trazia à tona uma mistura de reivindicações específicas da área do ensino. Como a defesa da UNE, do ensino gratuito, da autonomia universitária, da não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos, denúncias políticas de ordem geral, reunidas no slogan “abaixo a Ditadura” (ARNS, 1985, p. 149).

As organizações estudantis se tornaram importantes agentes de reivindicação e de protestos, onde “seus representantes encontraram novas maneiras de se fazer representar no quadro de resistência contra o regime” (MULLER, 2010, p.26). Nesse cenário nasceram novos grupos de vanguarda voltados para o enfrentamento da repressão política e o silenciamento massivo das organizações políticas.

Segundo a historiadora Angélica Muller (2010, p.79), os estudantes utilizaram o que tinham em mãos para se mobilizar, refletindo a própria estrutura organizacional da universidade. Os militantes estudantis recorriam aos meios de comunicação, tais como murais, cartazes, panfletos e principalmente, os jornais que “serviram de ‘tubos de ensaio’ para novas experimentações em linguagens e formatos gráficos.” (MULLER, 2010, p.79-80) As capas dos jornais costumavam trazer desenhos e caricaturas, que evidenciaram o conteúdo crítico à ditadura militar.

Ainda no ano de 1968, um acontecimento violento se tornaria o símbolo da atuação repressiva da ditadura ao movimento estudantil, espalhando o inconformismo e a rebelião como rastilho de pólvora nas atuações universitárias. Na cidade do Rio de Janeiro, estudantes foram às ruas defender o restaurante central, popularmente conhecido como “Calabouço”, ameaçado de fechar pelos militares devido à atuação militante realizada no mesmo. Este restaurante era importante, principalmente, por atender alunos de baixa renda, ofertando refeições a preços acessíveis. O local era reconhecido também por ser um ponto de encontro e de trocas entre estudantes que tinham atuação política, seja no M.E. ou em organizações clandestinas de esquerda da militância.

Durante as manifestações do dia 28 de março, o estudante secundarista Edson Luís Lima e Souto foi atingido por disparos efetuados por policiais, os quais reprimiram com violência ao protesto estudantil (CASTRO, 2018), causando enorme indignação

tanto no meio estudantil quanto entre os grupos perseguidos pela ditadura, cansados da violência a qual estavam submetidos.

Em resposta à morte de Edson Luís, diversas manifestações eclodiram por todo o país, em efeito dominó. A “comoção pelo assassinato de um estudante acabou não só por abalar a sociedade, como também por levar a uma mudança na forma de atuação, tanto dos estudantes como dos militantes” em geral. Seu cortejo “foi realizado, levando mais de cinquenta mil pessoas do velório na Assembleia Legislativa ao cemitério São João Batista” (MULLER, 2008, p.37).

Nesse contexto, cada vez mais, os militantes viam-se nas ruas, iniciando uma onda de protestos, cujo marco foi a “Passeata dos Cem Mil” realizada na cidade do Rio de Janeiro em 26 de junho daquele ano. Em São Paulo, a Rua Maria Antônia, localizada na região central da capital paulista, tornava-se o auge da força estudantil (MOTTA, 2014, p.114), mantendo posição de centro de expressivas reivindicações estudantis após a ocupação do prédio da Faculdade de Filosofia, segundo entrevista cedida ao Canal da USP pelo economista da FEA, Hélio Nogueira (2018).

Nogueira relata que, entre 1964 a 1968, esta rua se transformou em um ponto de encontro importante do Movimento Estudantil. De um lado, estava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, onde diversos militantes estudavam, do outro encontrava-se o prédio da Universidade Presbiteriana Mackenzie conhecida por abrigar alunos membros do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas. A rivalidade entre estes estudantes já era algo reconhecido, como afirma a jornalista Luana Chinazzo Müller (2019), contudo, após alguns estudantes da Mackenzie, vinculados ao CCC se irritarem com o “pedágio” realizado pelos alunos da USP com o objetivo de arrecadar fundos para a realização do 30º Congresso da UNE, os confrontos entre as duas universidades se intensificaram gradativamente.

Assim, em 03 de outubro de 1968, ao confrontarem a céu aberto os estudantes da USP receberam uma chuva de pedras inicialmente desferidas pelos mackenzistas. Rapidamente, o conflito evoluiu para o emprego de grande violência, com o uso de bombas caseiras como os coquetéis molotov, o que resultou na morte do estudante secundarista José Guimarães, de 20 anos de idade, após ser atingido por um tiro na cabeça (MULLER, 2019, p.05).

A morte de José Guimarães gerou uma onda de protestos, levando os estudantes indignados a carregarem o corpo do jovem em um cortejo que percorreu as ruas do centro da cidade enfrentando a polícia e incendiando carros (ALMEIDA *et. al.*, 2009, p.). Nesse contexto a polícia aproveitou do conflito para fechar o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, e assim impedir o retorno dos ocupantes e livrar-se de um espinhoso problema (MOTTA, 2014, p.115) transferindo-os para o campus do Butantã, localizado na região oeste, distante do centro, até então palco de diversos protestos estudantis.

Imagem 01. José Dirceu, líder estudantil, discursa segurando a camisa ensanguentada de José Guimarães



Fonte: Memorial da democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/batalha-na-maria-antonia-acaba-em-morte>. Acessado em 12 de fevereiro de 2022

O XXX Congresso da UNE, para o qual os estudantes da USP arrecadavam dinheiro na rua Maria Antônia, contudo acabou não acontecendo, “em 12 de outubro de 1968, integrantes das forças policiais invadiram um sítio na zona rural de Ibiúna (SP), local onde estavam acontecendo os trabalhos do congresso. Na ação, as principais lideranças estudantis brasileiras acabaram sendo presas” (FAGUNDES, 2019, p. 139).

Desde o início, o Movimento Estudantil procurou avançar as brechas institucionais abertas no interior da ditadura militar (RIDENTI, 2010, p. 127) combinando as atividades estritamente estudantis com aqueles de cunho político. Entretanto, o crescente endurecimento da repressão política do Estado, sobretudo após a decretação do AI-5, deu início a um período ainda mais violento. Com efeito:

O Ato Institucional n.5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi sem dúvida um divisor de águas, na história do regime militar. Ele representou o ponto culminante de tendências autoritárias em vigor desde o golpe de 1964 e nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita pelo aprofundamento da revolução” (MOTTA, 2014, p. 173).

Nesse contexto, conforme assinalado por Angélica Muller (2010, p.29) analisar o papel do movimento estudantil e a atuação de seus militantes durante os “anos de chumbo”, período de maior repressão da ditadura militar, “é como costurar uma cocha de retalhos”. Sem dúvida, AI-5 empurrou as lideranças e a massa estudantil para militância clandestina. Diante desse cenário, as organizações de luta armada começaram a crescer impulsionadas pela fuga do movimento estudantil, provocada pelo aumento da repressão promovida pelos órgãos de segurança interna. (RIDENTI, 2010, p. 130).

O movimento estudantil tornou-se centro de recrutamento de jovens para atuar nas frentes de esquerdas, a título de exemplo, na Guerrilha do Araguaia, no Norte do Brasil, tendo inúmeros exemplos de estudantes que se engajaram na militância política e assumiram o papel de guerrilheiros.

Considerações finais

O presente estudo procurou realizar um levantamento bibliográfico de cunho exploratório sobre a atuação das universidades durante a ditadura militar, assim como criar uma narrativa acerca da mobilização político-estudantil como importante frente de atuação contra a repressão política provida das forças militares durante os anos de 1960 e 1970.

Ao longo da pesquisa, procuramos recuperar, a partir de um diálogo entre as bibliografias disponíveis a respeito da temática abordada, a importância dos estudantes, professores e da universidade como um corpo de forte atuação contra a ditadura militar. Nesse cenário, compreender as frentes estudantis é de suma importância para o entendimento das tendências políticas nas esquerdas como diferentes frentes de recrutamento político, que apesar de suas diferenças possuíam pontos em contato dentro do movimento estudantil.

Com essas vanguardas cada vez mais fortalecidas, a desconfiança crescia sobre o ambiente universitário onde a invasão por policiais tornava-se comum, como aconteceu no CRUSP, o conjunto residencial da Universidade de São Paulo, USP, transformando os *campis* em verdadeiros campos de guerra. O movimento estudantil revelou-se como uma importante frente na atuação política e as universidades como centros de politização, o que incomodou diretamente as frentes conservadoras, que passou a agir diretamente nas entidades representativas como os Centros Acadêmicos, afetando na autonomia universitária, principalmente após a Lei Suplicy de Lacerda.

A mobilização estudantil, posta na clandestinidade tornou-se porta voz dos interesses dos estudantes, mas também de diversos setores sociais, onde muitos militantes se formaram politicamente e depois passaram a atuar nas frentes de esquerda armada. Resgatar a memória da atuação estudantil é como montar um quebra-cabeças onde as peças estão bem escondidas. Foi significativa durante nossa investigação a falta de produção bibliográfica a respeito da militância estudantil do período estudado.

Ainda sobre o meio estudantil, a pesquisa buscou brevemente, mencionar a polarização e a heterogeneidade do ambiente universitário, tendo o mesmo marcado por contradições provindas dos diversos grupos ali representados dentro das pautas estudantis e das inúmeras influências presentes nas entidades de estudantes.

Ao pensar na atuação política dos estudantes, nossa pesquisa buscou pelos caminhos da história política e cultural para compreender a importância da Reforma Universitária e do ingresso de novas classes sociais nas universidades para a luta pelo fim da ditadura militar. A pesquisa realizada, sobretudo, a partir de fontes bibliográficas e arquivos disponibilizados em bancos de dados online, nos permitiu constatar que a produção científica a respeito do tema ainda é escassa, o que não condiz com a importância do Movimento Estudantil na resistência à ditadura.

Diante dessa perspectiva, nossa pesquisa evidencia a necessidade de ampliar os estudos sobre o movimento estudantil na política por meio da produção de novos trabalhos, compreender as particularidades do Movimento Estudantil por meio de uma historiografia que visa não apenas mencionar, mas trazer à tona o protagonismo dos estudantes na construção da História é de suma importância para defesa e manutenção dos direitos estudantis e em defesa também da educação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Crimeia A. S. de; TELES, Janaína de A.; TELES, Maria Amélia de A.; LISBÔA, Suzana K. (orgs). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil* (1964-1985). São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

ARNS, D. (Org.). (1985). *Projeto Brasil Nunca Mais*. Disponível em: <http://dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_ii_vol_1_a_pesquisa_bnm.pdf>. Acesso em 25 fev. 2022.

BRASIL, Legislação Federal. *Decreto Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 fev. 2022.

BRASIL, Legislação Federal. *Decreto Lei nº 62,317 de 28 de fevereiro de 1968. Art. 5º*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62317-28fevereiro-1968-403509-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 fev. 2022.

CASTRO, T. B. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional nº 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). *Sociedade e Cultura, [S. l.]*, v. 20, n. 2, 2018. DOI: 10.5216/sec.v20i2.53072. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/53072>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os 50 anos do XXX Congresso da UNE: 1968. *Das utopias ao autoritarismo*, p. 135, 2019.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Editora FGV, 2014.

FILHO, João Roberto Martins. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968*. 1986. 266f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1577486>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 8/9, p. 319–342, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1886>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GOENDER, Jacob. Apresentação dos anos de chumbo: criativos e funestos. In: *RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2010. p. 13-16.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

MÜLLER, Angélica. 1968. *Juventude.br*, n.5, p. 36-44, 2008.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 2021-10-23.

MÜLLER, Luana Chinazzo. Ideologia e imaginário na polarização política: a Batalha da Maria Antônia nas páginas de Folha de S. Paulo e O Globo. *Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais*, v. 1, n. 3, 2019.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2010. 324 p.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na Ditadura Militar. *Revista Aurora*, v. 3, n. 1, 2009.

SILVA, Dayane Soares. A Operação Crusp: um assalto à autonomia universitária. *SÆCULUM: Revista de História*, João Pessoa, v. 26, ed. 44, p. 44-60, jan/jun 2021.

TELES, Maria Amélia de A. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Brasiliense Editoria, 1993.

Fontes

Arquivos

Relatório do IPM do CRUSP. 18 de dezembro de 1968. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>> Acesso em: 22 jan. 2022.

Depoimentos

NOGUEIRA, Hélio – economista da FEA, ex-militante estudantil – Canal USP – Memória da Batalha da Maria Antônia. São Paulo - 30/11/2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QvGJ-HQPEvg&t=418s>> Acesso em: 22 jan. 2022.

Recebido em: 25/08/2022
Aprovado em: 28/03/2023



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*